

Roberto Mosca Junior

9º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 03 – História do Ensino de Sociologia no Brasil

**INVESTIGAÇÕES SOBRE O NOVO SINDICALISMO E O  
NACIONAL-POPULAR NAS GESTÕES DA APSERJ: UMA CHAVE  
PARA O ENTENDIMENTO DA CAMPANHA DA  
OBRIGATORIEDADE DA SOCIOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO**

São Paulo, São Paulo

2025

## RESUMO

A década de 1980, no Brasil, é marcada pela mobilização de cientistas sociais em torno de lutas e reivindicações, dentre elas, a regulamentação da profissão de sociólogo, a criação de um sindicato próprio e autônomo e o retorno da disciplina de Sociologia ao 2º grau. O contexto no qual ocorrem essas lutas é o processo de redemocratização brasileira. Essas mobilizações foram realizadas por associações e sindicatos espalhados pelo Brasil. Neste texto, analisamos documentos históricos e nove entrevistas realizadas com cientistas sociais da Associação Profissional de Sociólogos do Rio de Janeiro (APSERJ), os quais podem se constituir em um acervo e compõem um fluxo de pesquisa que envolve minha tese de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o trabalho realizado no âmbito do Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME), abrigado sob o Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Atualmente, as investigações convergem para conhecer os grupos sociais e os sentidos mobilizados no retorno da Sociologia à escola nos anos 1980. É possível estabelecer, através das análises, que existiam lutas internas na APSERJ sobre a definição do que seria o sociólogo legítimo e a regulamentação da profissão no contexto da redemocratização. Nesta proposta de trabalho, tentaremos indicar que essas disputas podem ser entendidas por meio de categorias como o novo sindicalismo e o nacional-popular.

**Palavras-chave:** Ensino de Sociologia; Movimentos Sociais; Memória Social; Novo Sindicalismo, Nacional Popular.

## INTRODUÇÃO

A história do ensino de Sociologia no Brasil é marcada por intermitências: alternância entre curtos períodos de obrigatoriedade e longos períodos de exclusão. Convém observar, no entanto, que não se pode descartar a circulação de saberes sociológicos na escola básica, mesmo naqueles períodos de ausência (Bodart; Cigales, 2021; Fraga, 2020; Oliveira, 2013). Nesse sentido, os anos 1980 merecem consideração especial por se tratar de uma década na qual, embora não houvesse a obrigatoriedade de ensino a nível nacional, iniciaram-se mobilizações de cientistas sociais com o objetivo de incluir a Sociologia nas escolas de 2º Grau nas redes estaduais de ensino.

É impensável dissociar essas manifestações do quadro mais amplo de transformações educacionais. Com a Reforma Universitária de 1968 e a consequente expansão da educação superior nos anos 1970, houve um aumento do quantitativo de diplomados, o que impactou diretamente na composição do grupo de cientistas sociais. De um lado, para os acadêmicos, a profissionalização remetia à institucionalização da pesquisa, associada à estruturação das agências de fomento e dos programas de pós-graduação (Dwyer; Barbosa; Braga, 2013;

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, branco, masculino Rio de Janeiro-RJ e Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), [robertomoscajr@mac.com](mailto:robertomoscajr@mac.com)

Oliveira, 2023). De outro, para os cientistas sociais extra-acadêmicos, isto é, que trabalhavam fora das universidades, a profissionalização remetia à regulamentação de serviços como consultoria e elaboração de projetos de pesquisa para os setores público e privado.

Nesse cenário de lutas de classificação (Bourdieu, 2020), no qual se travam disputas externas e internas pela definição legítima da profissão de sociólogo, irrompem as mobilizações pela inclusão da Sociologia nas escolas de 2º Grau. Em nossa apresentação, pretendemos mostrar os percalços enfrentados pelos licenciados em Ciências Sociais na APSERJ, marcados pela pluralidade ideológica que pode ser percebida na participação de grupos distintos durante as três gestões da associação (1981 a 1989).

Este texto está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, por esta apresentação, que situa o debate sobre o ensino de sociologia nos anos 1980; em seguida, uma abordagem sobre as controvérsias internas suscitadas pelos debates da APSERJ a respeito do seu escopo de atuação, incluindo ou não esforços pelas lutas pela sociologia no 2º Grau.

Para tanto, analisamos documentos históricos da APSERJ e nove entrevistas realizadas, entre 2020 e 2024, com cientistas sociais que participaram da associação.

Dessa forma, ao investigar a APSERJ durante a década de 1980, é possível perceber que as mobilizações pelo ensino de Sociologia no 2º Grau se deram em meio a um cenário de disputas simbólicas e ideológicas entre diferentes segmentos da categoria profissional. A análise dos documentos da associação e dos relatos de seus membros evidencia não apenas os desafios enfrentados pelos licenciados em Ciências Sociais, mas também a complexidade das estratégias construídas para legitimar a Sociologia como disciplina escolar. Nesse sentido, o estudo contribui para a compreensão das formas pelas quais a identidade profissional do sociólogo foi sendo construída na interseção entre política educacional, militância sindical e disputas internas do campo.

## **METODOLOGIA**

Esse texto é consequência do fluxo de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME), vinculado ao LAEDH/CP2, Desde a sua criação tem se dedicado à prática das metodologias da história oral, com o objetivo de compreender tanto as trajetórias de vida de professores quanto temas específicos, como a institucionalização do ensino de Sociologia na instituição e as características das gestões da APSERJ, por meio desses depoimentos.

Nessas pesquisas, defendemos o uso articulado de diversas metodologias para explorar nossos objetos de estudo de maneira abrangente. Aqui, o principal objetivo da investigação é a organização de mídias em diferentes suportes, o que, por sua vez, exige uma reflexão teórica sobre o estatuto documental desses materiais, que vão desde textos escritos em papel, como atas, relatórios, correspondências e artigos, até imagens, como cartazes, fotografias e vídeos.

Propomos também o cruzamento desse material com depoimentos que foram coletados orientados pelas metodologias da história oral e por pressupostos teóricos sobre memória social (Rêgo *et al.*, 2021), enfatizando trajetórias de vida e algumas temáticas que consideramos relevantes a depender da/o entrevistada/o, tais como a dinâmica interna da APSERJ ou as práticas pedagógicas dos docentes.

Com o desenvolvimento dessas atividades, buscamos que os pesquisadores envolvidos adquiram um domínio sólido dos fundamentos teóricos e metodológicos das pesquisas em Ciências Sociais.

Nesse contexto, os pesquisadores e estudantes, abrangendo desde a educação básica até a pós-graduação, envolvem-se em todas as etapas da pesquisa científica relacionadas a essas metodologias, como a elaboração de um roteiro de entrevista, a coleta e o registro em vídeo dos depoimentos, além da transcrição, edição e análise dos resultados.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nas décadas de 1970 e 1980, a atuação profissional dos cientistas sociais no Brasil se dividia em três frentes principais: os professores universitários, com formação em pós-graduação e voltados à docência e à pesquisa acadêmica; os bacharéis, que atuavam como sociólogos, consultores e pesquisadores em instituições públicas e privadas; e, por fim, os licenciados, frequentemente marginalizados, cuja atuação se restringia majoritariamente ao ensino de disciplinas como OSPB e EMC na educação básica.

A Associação Profissional de Sociólogos do Rio de Janeiro (APSERJ) é fundada em 1981. Pela literatura consagrada, conhecemos o papel desta associação na reintrodução do ensino de Sociologia no estado do Rio de Janeiro (Azevedo, 2024; De Oliveira; Jardim, 2015; Santos, 2013). Nesta seção, a ideia é apresentar o resultado preliminar da análise de sete entrevistas realizadas com cientistas sociais entre setembro de 2020 e janeiro de 2021, no âmbito da pesquisa acadêmica "Organizações e Lutas pelo Ensino de Sociologia na Educação Básica", desenvolvida no contexto da licenciatura em Ciências Sociais no Colégio Pedro II, PIBID/CP2. Foram entrevistados Eduardo Gomes, Gisálio Cerqueira, Luís Carlos Fiore, Maria

Helena Mendonça, Mauro Petersem, Paula Martini e Otair Fernandes. Todos, de alguma maneira, mantiveram relação com a APSERJ.

E também incorporando uma entrevista realizada mais recentemente em 2024 com José Geraldo, Cientista Social formado pela UERJ, com participação na terceira gestão administrativa realizadas como parte da pesquisa de doutorado que desenvolvo no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da UERJ.

Estas entrevistas se justificam pela relevância no fluxo de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME), portanto as consideramos importantes documentos audiovisuais para critérios de catalogação, análise e estabelecimento de relações entre as unidades de base “as entrevistas”. Também combinando-as com a documentação do acervo hoje em nossa custódia<sup>2</sup>, o que possibilita cruzamento e análises mais complexas sobre o objeto da pesquisa.

Esse panorama permite observar como, na APSERJ, se reproduziram esses grupos: o de sociólogos que já atuavam no mercado de trabalho e foram contemplados com a regulamentação da profissão, aspirando uma associação mais ligada a um espírito do novo sindicalismo<sup>3</sup> que marcou aquela época; e outro setor de licenciados e licenciandos, ao qual atribuo a categoria de nacional-popular<sup>4</sup>, cujas aspirações estão mais voltadas para um projeto político de transformação da sociedade pela educação cidadã, na qual a Sociologia na escola básica seria parte fundamental. O grupo de sociólogos professores universitários estava, em grande parte, fora da associação, embora encontremos docentes que atuavam em universidades e institutos de pesquisa listados na relação de filiados e diretores da APSERJ.

A ata da primeira diretoria continha nomes como Dulce Pandolfi, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Maria Celina Soares D’Araújo, professora da FGV e da Universidade Federal Fluminense (UFF), Madel Luz, então professora da Universidade do

---

<sup>2</sup> Os arquivos da APSERJ foram doados pela professora Luitgarde Cavalcanti Barros ao Colégio Pedro II. Atualmente, encontram-se no *campus* Centro, sob os cuidados do GECISME.

<sup>3</sup> A expressão “novo sindicalismo” começa a surgir no discurso acadêmico e na fala dos próprios sindicalistas a partir de 1978. Ela serve, entre outros usos, para caracterizar novas práticas sindicais, mais combativas, como, por exemplo, a autonomia sindical, em contraste às consideradas mais tradicionais de um sindicalismo populista pré 64 e de um sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares pós 64. O “novo sindicalismo” desenvolveu-se em um contexto de redemocratização e forte crise econômica, trazendo uma nova dinâmica de organização e mobilização dos trabalhadores. Esse movimento não se restringiu apenas às questões trabalhistas, mas também passou a incorporar demandas políticas e sociais mais amplas, como a luta pelos direitos civis, contra a ditadura civil militar e por uma nova ordem econômica (Antunes, 2009; Mattos, 1998).

<sup>4</sup> A definição de um projeto “nacional-popular” na educação passa pelo entendimento de uma proposta que busca integrar os interesses populares no desenvolvimento nacional, articulando processos de educação formal com emancipação social e construção de uma cidadania ativa. O termo “nacional-popular” remete à necessidade de uma aliança entre a classe trabalhadora e setores progressistas da sociedade para promover uma educação voltada para autonomia, consciência crítica e transformação social (Saviani, 1983).

Estado do Rio de Janeiro, Mirian Limoeiro Cardoso, à época professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e posteriormente da UFF, Gisálio Cerqueira Filho, professor da UFF e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ainda César Guimarães, professor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), como nos mostra Santos (2013).

As três Diretorias Administrativas da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ), no período 1981 e 1989, colaboraram para o processo de construção da identidade da profissão de Sociólogo e o processo político de luta pela regulamentação da profissão de Sociólogo no Brasil. Cada gestão apresentava características próprias evidenciadas nas questões e dos interesses da época; desta forma, na diversidade e nas diferenças se apresentaram os membros das três diretorias.

#### 1ª Diretoria Administrativa (1981-1983)

Izabel Fontenelle Picaluga, a presidenta da primeira gestão, tem na sua história o envolvimento com a militância no movimento sindical e a contribuição no processo da fundação da Central Única dos trabalhadores (CUT). Contribuí para a direção da APSERJ mais alinhada com as questões sindicais da época. Enfatizando o reconhecimento da profissão de Sociólogo e a reinserção da Sociologia no currículo das escolas. Jair Ferreira de Sá, seu vice-presidente, foi profundamente engajado nos movimentos políticos, e era militante da Ação Popular Marxista-Leninista. Outros membros, Vera Moreira Figueira,; Santuza Cambraia Naves, Luiz Carlos Fiore, Maria D’Ajuda Almeida Silva, desempenharam papéis importantes na gestão e também André Laino, com promoção cultural na associação. A primeira diretoria foi marcada por um intenso ativismo político e sindical que definiu essa fase inicial da APSERJ.

#### 2ª Diretoria Administrativa (1983-1987)

A segunda diretoria, cuja presidenta foi Maria Helena Mendonça e com o vice-presidente sendo Jair Ferreira de Sá, seguiu a linha política e sindical da primeira gestão. Alguns membros eram os mesmos, como Luiz Carlos Fiore, e a luta pela regulamentação da profissão de sociólogo também se manteve. Além disso, a aproximação do partido dos Trabalhadores (PT) e da CUT, trouxe o debate de liberdade sindical de organização de um sindicato próprio e autônomo. Entretanto, Fiore criticava a dependência dos órgãos sindicais nacionais, afirmando que era melhor fortalecer os sindicatos específicos de categorias econômicas. Outros membros tais como Paulo Roberto, Luciane Martins, Vera Figueiras e Moisés Vinhas participativa da gestão, enquanto os suplentes Madel Luz, Gisálio Cerqueira Filho e Antonio Jardim reforçavam o caráter acadêmico e intelectual da associação. No geral, a segunda gestão foi essencial para

consolidar a APSERJ como uma associação de classe comprometida com os movimentos sociais e políticos contemporâneos.

### 3ª Diretoria Administrativa (1987-1989).

A terceira diretoria, que tinha Ózeas Laranjeiras como presidente, foi marcada por uma alteração significativa na política da APSERJ. Diferentemente das duas presidentes anteriores, Laranjeiras vinha dos movimentos populares e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o que representou uma nova orientação política. A ênfase na luta pelo retorno da Sociologia ao segundo grau fluminense ganhou um foco maior, com a inclusão maior de segmentos mais marginalizados, os licenciados, que foram mais valorizados. Compuseram esta gestão Antonio de Ponte Jardim como vice-presidente, Paula Cavalcanti Martini Teixeira dos Santos como secretária, Mauro Petersem Domingues como tesoureiro e Maria Helena Magalhães de Mendonça como diretora cultural. Suas dificuldades incluíram um declínio da participação dos sociólogos associados e uma diminuição do número de votantes nas eleições da associação, diferente das gestões anteriores, esta gestão evitou vincular a APSERJ à proposta de conselhos regionais ou nacionais de sociólogos, uma questão que remetia a possibilidade de um atrelamento ao Estado.

As três gestões da APSERJ que duraram de 1981 a 1989, representam diferentes momentos na história desta associação, cada uma refletindo as mudanças e continuidades na política sindical e nas lutas pela regulamentação da profissão de sociólogo no Rio de Janeiro. Cada diretoria, desde do alinhamento inicial ao movimento sindical e a CUT, até a luta para a reinserção da disciplina de Sociologia nos currículos, procuraram a consolidação uma identidade profissional do sociólogo, cada gestão da APSERJ deu uma contribuição única à associação. O papel das lideranças e membros refletem a complexidade sobre a construção da identidade dos sociólogos no Brasil, especialmente quando ocorrido em um tempo de profunda mudanças políticas e sociais.

De um lado, sociólogos que atuavam no mercado e buscavam regulamentação; de outro, licenciados focados na transformação da educação, refletindo as tensões e disputas internas que moldaram o percurso da associação.

Este trabalho propõe uma reflexão da importância dessas categorias: “novo sindicalismo” e “nacional-popular” para um entendimento mais apurado da atuação desses dois grupos dentro da APSERJ. O papel do novo sindicalismo nas primeiras gestões da APSERJ foi fundamental para a construção da identidade dos sociólogos, com pautas mais voltadas para a regulamentação da profissão e o debate sobre a criação de um sindicato autônomo. Já a

perspectiva do nacional-popular, muito presente na terceira gestão, reivindicava a importância dos licenciados no contexto da Educação Básica e como isso afetaria a definição da profissão.

Nas duas primeiras gestões tínhamos um grupo mais ligado aos sociólogos que representavam os bacharéis que atuavam no mercado de trabalho como pesquisadores e consultores incluía: Izabel Fontenelle Picaluga, Luis Carlos Fiore e Maria Helena Mendonça. Notoriamente com maior ligação com os movimentos sindicais, este grupo tinha preocupações mais ligadas à regulamentação da profissão e ao projeto de tornar a APSERJ um sindicato. De alguma maneira, a APSERJ toma parte da história do novo sindicalismo com a participação de Izabel Picaluga e outros diretores no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983, como aponta Santos (2013).

Esse grupo tinha uma preocupação maior com o cumprimento da lei de regulamentação da profissão e seu corolário, mas, paradoxalmente foi contra, no Congresso Nacional dos Sociólogos de 1983, à aprovação da formação de conselhos regionais e nacionais da profissão (Santos, 2013). Contudo, nossas pesquisas apontam estas pessoas que ocuparam a primeira e segunda gestões da APSERJ como nomes muito associados à dinâmica do novo sindicalismo.

Já a terceira e última gestão da APSERJ foi ocupada por nomes que podemos associar ao grupo caracterizado como Licenciados em Ciências Sociais que atuavam nas disciplinas Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), no então chamado 2º grau ou até mesmo Estudos Sociais no 1º grau (Ginasial) na escola básica. Este grupo era formado por Mauro Petersem, egresso do curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS-UFRJ), Paula Martini, também egressa das Ciências Sociais do IFCS e Otair Fernandes, licenciando pela Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC), instituição de ensino superior particular na Zona Oeste do Rio de Janeiro. E também José Geraldo dos Santos, Licenciando pela UERJ. Os quatro também eram bacharéis, sendo que os dois primeiros tinham formação 3+1 (três anos de bacharel e complementação pedagógica em um ano) e o último, depois do curso de licenciatura plena na FEUC, se forma bacharel pela UERJ<sup>5</sup>.

## **CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, queremos defender que a APSERJ foi palco de uma disputa entre duas visões distintas sobre a identidade e os caminhos da profissão de sociólogo. De um lado,

---

<sup>5</sup> O debate sobre modelos formativos é extenso no campo do ensino de Sociologia. Para uma visão sumária dos modelos de formação de professores, consultar (Sousa; Reghim; Gomes, 2015).

os sindicalistas, que defendiam uma regulamentação formal e uma estrutura sindical mais restritiva. De outro, os licenciados, que buscavam uma definição mais inclusiva da profissão que permitisse a participação tanto de bacharéis quanto de licenciados. E que defendiam uma posição próxima de um projeto nacional-popular. Esse se manifestava tanto na defesa da regulamentação da profissão de sociólogo quanto na luta pela reinserção da sociologia nas escolas, sempre em diálogo com os anseios populares e com a construção de uma cidadania ativa. A trajetória de José Geraldo, nesse sentido, é exemplar: sua vida funde arte, educação e política, traduzindo na prática o projeto de uma educação comprometida com a emancipação social.

Essa divergência interna na APSERJ refletia a complexidade do cenário político e profissional dos sociólogos no Brasil durante o processo de redemocratização e as diferentes estratégias de inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

Na entrevista concedida pelo professor José Geraldo dos Santos, emergem relatos que apontam para essas fraturas dentro da entidade. Ele destaca que a APSERJ reunia, naquele momento, quadros intelectuais oriundos de diferentes matrizes ideológicas: de um lado, setores vinculados ao PT e ao sindicalismo emergente (novo sindicalismo), focados na regulamentação da profissão; de outro, lideranças com uma perspectiva mais próxima do nacional-popular, como Oséias Gomes Laranjeiras, ex-presos político ligado ao PDT e ao legado do PCB, cuja ênfase recaía sobre a reinserção da Sociologia como disciplina na educação básica:

“De certa forma, Oséias tem um embate lá dentro que tinha muitos petistas dentro da APSERJ. (...) Ele ficava ali mediando aquele choque lá entre, né? E o pessoal do PT na época, o pessoal um certo radicalismo.” (SANTOS, 2024)

O embate, portanto, não era apenas institucional, mas profundamente simbólico: travava-se em torno do papel público do sociólogo e da legitimidade de sua inserção no campo do trabalho docente ou técnico. A narrativa de José Geraldo permite enxergar a APSERJ como um micro espaço de lutas no interior do campo político-intelectual, onde se confrontam projetos ideológicos distintos de sociologia e de sociedade.

A leitura dessas disputas à luz das categorias de “novo sindicalismo” e “nacional-popular” é fecunda. O primeiro se estrutura a partir de práticas democráticas e horizontais, marcadas pelo surgimento da CUT e do PT e por uma ênfase na profissionalização e regulamentação dos trabalhadores, inclusive os de nível superior. Já o segundo, de forte inspiração brizolista e com raízes no PCB, aposta numa aliança entre intelectuais e povo como força transformadora nacional, focando-se na educação como instrumento de democratização cultural e emancipação social:

“O Oséias era sociólogo, trabalhava como sociólogo. E essa questão da educação ele deixou lá com o Mauro Petersem e a Paula. E ele era o presidente, né? E é bom que se diga, se deve o retorno à sociologia, ao Oséias. A articulação do Oséias é muito importante, porque ele vai buscar o apoio do Acácio Caldeira.” (SANTOS, 2024)

Os dois projetos a profissionalização do sociólogo e a reinserção da Sociologia na educação não eram mutuamente excludentes, mas foram assumidos em ritmos e ênfases distintos por esses grupos. O professor José Geraldo rememora esse processo sob o signo da mediação, destacando o papel central de Oséias como figura de transição entre diferentes tradições políticas e intelectuais.

Por fim, considera-se que o estudo da APSEJ, ao iluminar as disputas internas de legitimidade profissional e projetos de sociologia, abre possibilidades fecundas para investigações futuras. Pesquisas adicionais poderão aprofundar, por exemplo, os impactos dessas trajetórias na configuração atual do ensino de Sociologia na educação básica, bem como examinar comparativamente as experiências de outras associações estaduais de sociólogos durante o período de redemocratização no Brasil. Tais investigações podem contribuir para o aprimoramento da compreensão sobre os modos de profissionalização dos cientistas sociais e a inserção da Sociologia na escola pública brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. LUTAS SOCIAIS E DESENHO SOCIETAL SOCIALISTA NO BRASIL RECENTE. *In: Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 225–245.

AZEVEDO, Gustavo Cravo. Sociologia no ensino médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008). Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9985>. Acesso em: 12 set. 2024.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [s. l.], v. 28, p. 123–145, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral Vol. I**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

DE OLIVEIRA, Otair Fernandes; JARDIM, Antonio De Ponte. O RETORNO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO: uma luta que merece ser pautada! **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, [s. l.], v. 0, n. 3, 2015. Disponível em: <http://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/427>. Acesso em: 9 maio 2023.

DWYER, Tom; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; BRAGA, Eugenio. Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 147–178, 2013.

FRAGA, Alexandre Barbosa. Uma análise crítica sobre a reconstrução da trajetória histórica da Sociologia na educação básica: investigando o chamado período de exclusão. **Ciências Sociais Unisinos**, [s. l.], v. 56, n. 1, p. 38–47, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Construção do Objeto: Sobre a construção da Noção de Novo Sindicalismo. Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 179–189, 2013.

OLIVEIRA, Amurabi. **O campo do ensino de sociologia: gênese, agentes e disputas**. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2023.

RÊGO, Carlos Eduardo Oliva *et al.* A memória é uma ilha de edição: um enquadramento teórico para pesquisas sobre entrevistas e memória. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, [s. l.], v. 0, n. 28, p. 129, 2021.

SANTOS, José Geraldo. **O retorno da Sociologia no 2º grau: a organização dos cientistas sociais na Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro**. 2013. 60 f. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, José Geraldo. **Entrevista concedida a Roberto Mosca Jr (transcrição)**. Rio de Janeiro, ago. 2024.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 1983.